

2010 - 2020 Adivinhar o Futuro

João de Quinhones Levy ¹

Ao prospectivarmos o futuro somos tentados a traçar o quadro que gostaríamos de ter e não aquele que a história passada nos aponta como mais provável. Efectivamente, ninguém quer acreditar que o seu futuro não será melhor que o presente. Mesmo que o quadro seja negro, mesmo que as práticas passadas e presentes se mantenham, vamos sempre dizer - está bem, mas no futuro vai ser diferente. Contudo, já dizia a cantora Berth Carvalho numa das suas canções, que "ninguém prepare o seu futuro esquecendo o seu passado" e é isso que me proponho fazer neste artigo. Como serão os próximos dez anos? Eu sei o que gostaria que acontecesse, mas vamos ver o que aconteceu nos dez anteriores.

Analisemos então a década de 2000 - 2010. Em termos de organização do sector do Ambiente encontramos três períodos, um até 2002 que dá seguimento ao iniciado em Outubro de 1995; um outro entre 2002 e 2005 e, um terceiro, desde essa data até ao presente.

Neste primeiro período é dado início ao plano de expansão da empresa Águas de Portugal (AdP), passando de uma holding gestora de menos de uma dezena de empresas para uma gestora de mais de 4 dezenas, de Norte a Sul do continente, com presença internacional com as mais diversas dimensões. Apesar do discurso referir a importância dos privados e as atribuições dos municípios, o que é um facto é que os privados foram completamente afastados do processo e que os municípios foram remetidos a um segundo plano. Os dinheiros comunitários serviram para o financiamento das inúmeras empresas em Alta e para ruinosas operações internacionais. Findo este período, tínhamos um sector nacionalizado, um tecido empresarial sem expressão, tarifas em Alta que assegurariam a sustentabilidade das empresas do Grupo AdP se fossem pagas pelas autarquias depauperadas e com tarifários em Baixa incapazes de custear os sistemas municipais e muito menos de pagar as tarifas da Alta. Apesar dos muitos milhões investidos, os níveis de atendimento em águas, esgotos e resíduos não foram alcançados. O sector do Ambiente que é apontado como sendo um dos que propicia o aumento do PIB, em nada contribuiu para este. Pelo contrário, os grandes grupos empresariais viram ser-lhes fechadas as portas dos concursos de concessão e as PME (sempre tão referidas no discurso político) foram quase erradicadas. Esta nacionalização esqueceu que malgrado a importância de que se tomam os mentores de toda esta prática e estratégia, a economia não os respeita, só olha a números. A AdP estava rica em

¹ Professor no I.S.T.

Presidente da AG da AEPSA

facturas mas não em cobranças; as empresas ao não terem negócio não tiveram lucros, logo não pagaram impostos; os municípios ao não terem dinheiro para as suas obras em Baixa, não as realizaram e sem elas o consumidor não foi servido, não pagou a conta e com isso não houve dinheiro nem para as Altas nem para os investimentos nas Baixas. Mais uma consequência, hoje tão sentida, não havendo negócio, não há empresas, não há emprego.

O período de 2002 - 2005 começou com um Governo cheio de força, com o objectivo de alterar o sistema implementado através dos privados, quer por venda parcial da AdP em bolsa, quer por sua manutenção nas mãos do sector público, mas recorrendo aos privados através da concessão, de parcerias ou prestações de serviço. Foram todavia 3 anos de profunda confusão, com 4 ministros do ambiente com estratégias diversas e opostas que passaram pela tentativa de constituição de 9 empresas a evoluir para 4 que iriam gerir as águas do continente. Neste entretêm e como se as empresas vivessem do ar, não se lançaram concursos, não se criaram as bases para o desenvolvimento das empresas. O desemprego no Sector aumentou e verificou-se o total desalento por parte de todos aqueles que queriam trabalhar nestas áreas.

Em 2005, nova reviravolta no Governo, retoma a cor do princípio do século, muito agastada por ter sido afastada três anos antes. Agora, sem pruridos para alcançar o controlo total do sistema. O objectivo passou a ser explicitamente o de juntar a Alta com a Baixa. Se os municípios queriam financiamentos comunitários então tinham que aderir às Altas. Inventou-se um novo conceito, o da verticalização que não é mais do que passar os sistemas municipais para uma empresa cujo capital maioritário é da AdP. Neste conceito haverá um pagador (há sempre um pagador!), que é o munícipe que passará a pagar as tarifas de água, de esgotos e de RSU, estas incrementadas pela valorização orgânica. A incineração, quer dos RSU, quer dos RI, quer dos RH foi posta de lado por ser politicamente incorrecta, apesar de tecnicamente e economicamente adequada. Nestes cinco anos ficou claro que os municípios não "riscam" no desenho da solução, apenas são os pagadores e que as empresas nada valem para quem decide e está à frente dos desígnios da tutela. A nacionalização do sector e a consolidação da empresa pública é o objectivo a manter. Contudo há o reverso da medalha, há sempre um reverso. Os municípios começam a abrir os olhos e a negar-se a assinar a verticalização que lhes trará encargos brutais para os seus munícipes. Também continuam a não pagar as suas dívidas à AdP; sentem-se espoliados e por isso não obrigados a pagar. Os elevados custos de funcionamento da AdP começam a ser postos em causa. As empresas, essas, ou faliram ou abandonaram o negócio, ou rumaram para outras paragens aumentando o desemprego e o deficit por falta de receita.

Apenas tenho falado de águas, esgotos e resíduos mas noutros sectores a situação não é melhor para a população. Falando das energias renováveis, a enorme bandeira do nosso Governo, verificamos que ela tem sido um êxito mas à custa de quem paga, isto é, o mesmo - o cidadão. Agora são obrigatórios os painéis solares, não podemos

fugir deles para aprovar as nossas construções. São promovidas as empresas amigas, que essas sim farão negócio. O cidadão aquele que paga que faça as contas e verifique se para uma vida útil de 15 anos vai recuperar o suficiente para economizar a sua conta de electricidade. E quanto às eólicas, sem dúvida um êxito em termos de implementação no nosso país, veja na sua conta de electricidade quem as está a pagar - está a pagar as acções da empresa mas sem ter direito a elas.

Estamos em 2010, agora já não é possível negar o evidente - o país está de tanga. Não sou o primeiro a dizê-lo; Guterres referiu-se ao pântano, Barroso à tanga. Cego será aquele que justificará a situação económica do país apenas com a crise internacional. Não se negue o evidente; desde Cavaco Silva que aumentámos os custos da Administração Pública; com Sócrates nacionalizámos o Sector do Ambiente, aumentámos os custos de operação e acabámos com as empresas privadas. O remédio recomendado pela Comunidade Europeia é o mesmo desde 2000, desde a Cimeira de Lisboa - reduzir o custo da administração, incentivar a concorrência, apoiar a iniciativa privado. Tudo o que não fizemos nos últimos dez anos.

E agora? Qual o futuro? Acredita o leitor que todos aqueles que estão à frente das muitas empresas públicas aceitam abandonar as suas mordomias? Que o Governo qualquer que ele seja vai abrir mão dos seus empregos, dos bons, e vai chamar os privados para esses lugares? Eu não acredito. Enquanto tal não nos for imposto, tal não acontecerá.

Sendo assim, para os próximos 10 anos eu direi que no essencial nada mudará. Se está à espera que o Estado diminua o seu peso está enganado - isso não acontecerá. Sabemos que neste momento a economia do país está a ser pressionada, mas a resposta será a mesma - sempre a mesma. O deficit será reduzido à custa do aumento dos impostos, de mais taxas e tarifas, na redução de apoios sociais mas nunca na redução das mordomias do Estado. No próximo decénio continuaremos a ter a AdP, totalmente pública ou parcialmente privatizada na bolsa. Os seus sócios serão os do costume, ou a CGD ou alguma das empresas privadas amigas com clara ligação ao partido do Governo. As PME continuarão a ser um chavão político mas nunca a ferramenta para impulsionar a economia do país. As renováveis, solar e eólica, prosseguirão o seu caminho à custa de subsídios que pagamos na nossa conta da EDP.

Caro leitor, só lhe posso desejar boa sorte para a próxima década. Ou faça como desde sempre os portugueses cansados de lutar contra um Governo que em vez de ser seu parceiro é seu concorrente - avance para outras paragens. Há muito futuro noutras paragens; as boas empresas não param, evoluem, remam contra a corrente. Não se deixe abater, as empresas portuguesas são bem vistas por esse mundo fora.

Lisboa, 21 de Novembro de 2010
Água e Ambiente